



EXPERIÊNCIAS VIVENCIADAS NO ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM ESPAÇOS FORMAIS E NÃO-FORMAIS

Patricia Soares Denies

Universidade Federal do Pará – UFPA
silvannpatricia@gmail.com

Maria Neide Carneiro Ramos

Universidade Federal do Pará – UFPA
neideramos@ufpa.br

RESUMO

O presente memorial descreve as atividades e vivências desenvolvidas durante o Estágio Supervisionado em Espaços Formais e Não Formais. O objetivo deste trabalho é relatar as experiências vivenciadas durante o Estágio Supervisionado em espaços formais e não formais, no âmbito do Ensino de Ciências, adotando uma abordagem reflexiva. Busca-se evidenciar a articulação entre teoria e prática na formação inicial docente, destacando as contribuições dessas vivências para a construção da prática pedagógica. Entendido conforme estabelece a Lei nº 11.788/2008, neste texto o estágio é um ato educativo que integra o itinerário formativo do estudante com a realidade profissional. Neste contexto é possível concluir que no, âmbito da formação docente, o estágio não se reduz à observação, mas configura-se como prática social reflexiva, que permite ao futuro professor compreender os contextos escolares e comunitários de forma crítica e situada.

Palavras-chave: Estágio Supervisionado; Formação Docente. Espaços Não Formais. Prática Reflexiva.

INTRODUÇÃO

O estágio foi realizado no período do dia 17 de setembro a 11 de outubro de 2025, envolvendo atividades como observação da prática docente, análise do Projeto Político-Pedagógico (PPP) e participação em atividades formativas. Essas vivências possibilitaram compreender a relação entre teoria e prática no processo de formação docente, especialmente no contexto do Ensino de Ciências. O estágio supervisionado é uma etapa fundamental na formação acadêmica, permitindo a articulação entre teoria e prática. Este memorial apresenta um recorte das experiências desenvolvidas nas instituições formais, como a visita na Escola Leandro Lobão e em espaços não formais, como a Casa da Mata, além de outras experiências como, palestra com a professora Nara Magalhães sobre o Plano Nacional de Educação (PNE). Cada ambiente, cada experiência proporcionou aprendizagens distintas, revelando que a educação se constrói em múltiplos territórios e que a educação se estabelece na relação teoria-prática, e em saberes diversos e significados.

1. ESTÁGIO SUPERVISIONADO NOS ESPAÇO FORMAIS E NÃO FORMAIS

1.1. OS ESPAÇOS FORMAIS

A experiência em ambientes formais aconteceu na escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Leandro Lobão da Silveira, está localizada no município de Bragança/Pará, Nesse espaço, foi realizada

a análise do Projeto Político-Pedagógico (PPP), o que possibilitou compreender a dinâmica do ensino formal, o papel do professor como mediador e os desafios estruturais presentes no cotidiano escolar. Projeto Político Pedagógicos (PPP) da instituição evidencia o compromisso com uma educação contextualizada, valorizando a realidade dos estudantes e promovendo práticas interdisciplinares.

No espaço não formal, observou-se que o ensino ocorre de maneira mais dinâmica e contextualizada, favorecendo a aprendizagem por meio da vivência prática e da relação com o meio ambiente. Desta forma, este documento nos possibilitou compreender a dinâmica do ensino formal, o papel do professor enquanto mediador e os desafios estruturais enfrentados pelo cotidiano escolar. Nesse contexto, foi possível identificar a relação existente no que está escrito no documento e as práticas pedagógicas desenvolvidas de fato na escola. Compreendi o esforço que se buscava para promover a participação ativa dos alunos, ainda que limitadas por condições materiais e organizacionais. Foi um mergulho na realidade formal da educação, onde percebemos tanto os avanços quanto os desafios. Observar a escola em funcionamento nos fez refletir sobre a importância do planejamento, da gestão do tempo e das relações humanas que sustentam o processo de ensino-aprendizagem. Segundo a BNCC (2017) “a escola deve assegurar aos alunos o desenvolvimento de competências que lhes permitam aprender ao longo da vida e exercer plenamente sua cidadania”. Naquele espaço, compreendemos que ser professor é mais do que transmitir conteúdos: é construir vínculos, acolher e inspirar.

1.2.OS ESPAÇOS NÃO FORMAIS

Conforme Gohn (2010), espaços não formais são fundamentais para a formação cidadã, pois possibilitam experiências diretas com a realidade social e cultural. O espaço é utilizado para lazer, descanso, encontros sociais e eventos religiosos e culturais, pode ser também um ambiente pedagógico, pois, como nos lembra Arroyo (2012), pois neles circulam histórias, culturas e convivências e preservação. Como espaço não formal quero destacar a aqui a visita à sede do Espaço Cultural "Casa da Mata". A ideia era visitar o espaço e visualizar seu potencial pedagógico e propor uma problematização para utilizar com os alunos de ciências no ensino fundamental. O contato com a natureza contribui para a interdisciplinaridade e para o desenvolvimento de valores de cuidado e sustentabilidade, da educação ambiental para a formação cidadã e crítica. Segundo Loureiro (2012), a educação ambiental deve ser vivenciada como experiência e pertencimento. Neste contexto, foi possível perceber como o contato direto com a natureza despertaram em mim curiosidade, cuidado e responsabilidade socioambiental. A BNCC (2017) destaca a relevância de incluir a educação ambiental como tema transversal em todas as etapas do ensino. As práticas educativas em espaços como este tornam real a interdisciplinaridade, pois unem ciências naturais, história, geografia e ética, entre outras. Este estágio foi desenvolvido em diferentes espaços e proporcionou diferentes momentos e experiências. Posso destacar aqui a palestra com a professora Nara Magalhães acontecida na sala de aula sobre o Plano Nacional de Educação. A palestra abordou os desafios e as possibilidades do PNE nas escolas, enfatizando a importância de uma educação inclusiva e de qualidade. As discussões trazidas alinham-se ao compromisso de oferecer uma formação que respeite a diversidade dos estudantes e na participação social que reforce a ideia de que a educação se constrói coletivamente. Conforme aponta a BNCC (2017), a formação integral do estudante depende das relações que ele estabelece com o outro e com o mundo. Neste contexto, a palestra deixou claro que nenhuma política educacional se sustenta sem diálogo, escuta e corresponsabilidade entre escola e comunidade. Essas reflexões mostram a importância que as políticas públicas têm na construção de ambientes educativos, especialmente no que diz respeito às metas de inclusão, valorização docente e garantia do direito à aprendizagem. Compreendi que as políticas públicas educacionais são fundamentos essenciais para a atuação docente consciente e comprometida com a equidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto a vivência nos espaços formais e não formais durante o estágio supervisionado proporcionou uma visão ampla sobre a educação no Brasil. O diálogo entre a teoria e a prática é essencial para a formação de educadores críticos e conscientes de seu papel na sociedade. As experiências analisadas reforçaram a necessidade de integrar os saberes adquiridos na formação acadêmica com as realidades enfrentadas nas escolas e na comunidade. Cada momento vivenciado durante o estágio permitiram compreender que educar é um ato que se constrói em múltiplos espaços, formais e não formais. O contato direto com escolas, palestras, praças e ambientes naturais ampliou minha visão de educação e reafirmou o que diz a BNCC (2017): “a formação integral se dá nas relações que os estudantes estabelecem com o mundo”. Esse percurso fortaleceu minha identidade docente, despertando em mim um compromisso maior com uma educação crítica, inclusiva e transformadora, conforme defende Freire (1996). O estágio, portanto, não foi apenas um requisito acadêmico, mas um processo de formação humana e profissional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARROYO, Miguel G. Outros sujeitos, outras pedagogias. Petrópolis: Vozes, 2012.
- BRASIL. [Ministério da Educação]. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2017.
- BRASIL. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a Redação da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nos 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2008]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111788.htm. Acesso em: 22 fev. 2026.
- BRASIL. Ministério da Educação. Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024. Brasília, DF: MEC, 2014.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.
- GOHN, Maria da Glória. Educação não formal e cultura política: do perfil da exclusão à participação social. São Paulo: Cortez, 2010.
- LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. Educação ambiental e movimentos sociais. São Paulo: Cortez, 2012.
- PIMENTA, Selma Garrido. O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática? São Paulo: Cortez, 2004.
- SAVIANI, Dermeval. Escola e democracia. Campinas: Autores Associados, 2008.
- SAVIANI, Dermeval. Escola e conhecimento: fundamentos epistemológicos e políticos. Campinas: Autores Associados, 2008.